

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

SÉRGIO DOS SANTOS

**SERTÃO DA MANTIQUEIRA: O RESGATE DA HISTÓRIA COLONIAL
E MEMÓRIA NEGRA DA CIDADE DE PIQUETE-SP**

Comentado [1]: Sugiro mudar o título. Sertões da Mantiqueira: O resgate da História colonial e Memória Negra da cidade de Piquete - SP.

**SÃO PAULO
2024**

SÉRGIO DOS SANTOS

**SERTÃO DA MANTIQUEIRA: O RESGATE DA HISTÓRIA COLONIAL E
MEMÓRIA NEGRA DA CIDADE DE PIQUETE-SP**

Comentado [2]: Sugiro mudar o título. Sertões da Mantiqueira: O resgate da História colonial e Memória Negra da cidade de Piquete - SP.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações étnico raciais.

**Orientador: Prof^a. Ms. Maíra
Carvalho de Moraes**

**SÃO PAULO
2024**

RESUMO

O texto propõe o resgate de uma história de luta e resistência de uma comunidade negra da Diáspora, localizada no Sertão da Mantiqueira, Vale do Paraíba, Piquete-SP, luta essa que atravessa todo o período colonial, representado naquele contexto, pelo ciclo do ouro com suas expedições e bandeiras, o ciclo do café, e o real protagonismo na defesa da dignidade, se opondo a ordem escravista, valendo-se de todos os meios possíveis e recursos que tiveram ao alcance, em especial o quilombamento, somado ao fazer cultural, manifestado até os dias de hoje como prova de sua altives e dignidade.

Palavras-chave: Quilombo, período colonial, ordem escrava, Sertão da Mantiqueira, Piquete.

ABSTRACT:

The text message contains a message about the history of history and resistance of a black community from the Diaspora, located in Sertão da Mantiqueira, Vale do Paraíba, Piquete-SP, which is what happened throughout the colonial period, represented in our context, through the cycle of ours with its expeditions and flags, the coffee cycle, and the real leading role in defending dignity, opposing the slave order, making use of all possible means and resources they had at their disposal, especially the quilombamento, added to cultural activity, manifests itself to this day as proof of its pride and dignity.

Key words: Quilombo, colonial period, slave order, Wilderness of the Mantiqueira, Piquete.

1. INTRODUÇÃO

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (Goff, Le Jacques, p.469, 2003).

Mas a memória é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em via de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (Goff, Le Jacques, p.469, 2003).

E nesse diapasão que se buscara, através da memória histórica resgatar, um direito à memória coletiva de existir vivo, preservando, promovendo as riquezas dela advinda em benefício de toda comunidade.

Relativamente ao conflito de divisa[...]imperava nos sertões da comarca do Rio das Mortes a imprevisibilidade da ordem social, o mandonismo bandoleiro e a violência exacerbada.

Tal situação foi constatada pelo juiz de fora da vila de campanha da Princesa ao afirmar não lhe ser possível executar a justiça, principalmente nas paragens mais remotas, onde fracassaram todas as diligências, em razão dos facinorosos, que praticavam crimes na comarca do Rio das Mortes, fugirem para a Capitania de São Paulo e “dela vão seguindo outras paragens, ficando assim impunidos os delitos, e ludibriada a justiça sem poder haver exemplo que contenha os mais” (Anastasia, Carla Maria Junho, p. 69, 2005).

Antonio da Silva Caldeira Pimentel, governador de São Paulo, sentindo-se prejudicado, reclamou ao rei que a demarcação fora desproporcional, ficando a vila de Guaratinguetá com somente cinco ou seis léguas.

Experimentando o prejuízo de se não poderem prender os culpados pela facilidade com que [passavam] para a jurisdição das Minas, de onde [vinham] constantemente ao termo de Guaratinguetá a cometer insultos e violências... (Anastasia, Carla Maria Junho, p. 2005).

Em 1729, já havia D. Lourenço de Almeida ordenado, em carta ao ouvidor da comarca, controlar os “tão excessivos descaminhos do ouro furtado aos reais quintos”

A região estava ainda infestada de desertores, “perturbadores dos continentes de Itajubá”.

Quando perseguidos, logo passavam à vila de Guaratinguetá, dizendo-se vassalos de São Paulo, escapando do governo das Minas.

Itajubá Velho, hoje Delfim Moreira, foi povoado por Miguel Garcia, descobridor do ouro na região. As minas de Itajubá mantinham-se isoladas, sem comunicação com outros núcleos urbanos e gerida pela autoridade paulistas. Assim como toda a região sul da Capital, somente após 1749 foi que as minas de Itajubá ficaram subordinadas ao governo de Minas Gerais, não obstante a jurisdição eclesiástica de Itajubá a pertencer a São Paulo. (Anastasia, Carla Maria Junho, p.60, 2005)

Em São Paulo, a tal ponto chegaram as desordens, em razão do trânsito contínuo de facinorosos, que fugiam das justiças das Minas, entre a região do Pouso Alto e aquela Capitania, que o rei de Portugal reeditou, em maio de 1780, uma provisão de 1729, ordenado enforçar alguns Delinquentes responsáveis por crimes atrozes para a permanência da boa administração da justiça e adequada punição dos delitos, as sentenças de morte seriam proferidas pelo governador de São Paulo, acompanhados dos juizes de fora de Santos e de Itú e do provedor da fazenda. Um dos juizes, designado pelo governador, deveria testemunhar as execuções. (Anastasia, Carla Maria Junho, p. 61, 2005).

Deve-se levar em consideração, ainda que os moradores das freguesias dos sertões do Rio das Mortes defendiam a tese de que estavam sujeitos ao governo da cidade de São Paulo. (Anastasia, Carla Maria junho, p. 61, 2005)

Mas, em 1769, o governador de São Paulo, Luís Antônio de Souza, voltava a insistir na necessidade de se retomar a demarcação original dos limites entre as duas capitanias, alterada em 1731, uma vez que todas a mudanças havia sido

Deliberadamente feita para o prejuízo de São Paulo "a que fora, pouco a pouco, usurpando todo o seu sertão e todas as suas Minas, não lhe deixando mais do que uma pequena tira de terra ao longo da costa, reduzindo-o a total decadência e pobreza em que a vim achar" (Anastasia, Carla Maria Junho, p. 67, 2005)

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistem no momento atual.

No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinação da sociedade atual.

Neste caso considerando que a paisagem do território em conflito, cujo caminho de ligação entre as Capitania de Minas Gerais com a função de abastecimento, entre estas, passou por momentos históricos diferentes, resultando sucessivamente em uma sociedade mineradora, cafeeira, atualmente agrícola e

industrial. Por conseguinte, [...] uma pequena tira de terra ao longo da costa, reduzindo-o a total decadência e pobreza, correspondendo ao espaço objeto da pesquisa, podendo-se afirmar trata da mais legítima definição de território de quilombo.

A localização geográfica dos quilombos estava vinculada a este tipo de atividade. O estabelecimento de quilombos próximos a rotas comerciais não se deu por acaso. Tal fato comprova a necessidade de uma localização estratégica favorável ao exercício da atividade de saque. Apenas à guisa de exemplo, podemos citar o Quilombo do Ambrósio, que ficava próximo à picada que ligava as Minas a Goiás, e o Quilombo do Itambé, que ficava próximo à estrada que ia para Sabará (Guimarães, Carlos Magno, p.56, 1988).

O roubo praticado pelos quilombolas encerra um duplo aspecto negativo para a ordem escravista, na medida em que o produto roubado é utilizado para a sobrevivência de uma propriedade roubada: o quilombola. (Guimarães, Carlos Magno, p. 56-57, 1988).

Ao negar o direito de posse que o senhor tinha sobre si e sobre os produtos roubados, o quilombola negava toda a legislação que regulamentava tais direitos, da mesma maneira que negava a eficácia do Estado enquanto guardião dessas prerrogativas. Em suma, o banditismo praticado pelo quilombola em suas várias formas de manifestação constitui uma parte do preço pago pela sociedade por se fundar em relações de produção escravista. Como diz Octávio Lanni, o Estado escravista pode controlar sempre o escravo, indo inclusive buscá-lo nos quilombos recônditos, mas não conseguiu dominar os efeitos negativos que as tensões sociais inerentes ao regime acabaram produzindo. (Guimarães, Carlos Magno, p.57, 1988)

Ainda que muitas vezes,

Através de quilombos extremamente organizados eles tenham mostrado para a população seu alto nível de desenvolvimento, a imagem de fera, de bárbaro e de inimigo público permaneceu e construiu um quadro mental muito interessante. (Amantino, Marcia, p.50-51, 2008).

Os vadios, considerados criminosos, também fazem parte das imagens que se criaram a respeito dos moradores dos sertões. (Amantino, Marcia, p. 51, 2008).

São seres percebidos pelas autoridades de maneira ambígua. De um lado, são enviados aos presídios como castigo a algum delito, a fim de impedir o avanço de índios bravos ou de quilombolas estando, portanto, a serviço da Coroa. Entretanto, são identificados como perigosos ao sistema, porque negam ser controlados, e em muitos casos tornam-se uma ameaça real à segurança da população. (Amantino, Márcia, p. 51, 2008).

O controle sobre estes grupos passava necessariamente pelo estabelecimento de um corpo de ideias negativas a respeito dos mesmos justificando, assim seu aniquilamento. (Amantino, Márcia, p.51, 2008)

Quando o quilombo era pequeno, móvel, quase que em permanente movimento, esses contatos se restringiam a simples trocas esporádicas de objetos e roubados ou a um escambo rudimentar. (Amantino, Márcia, p. 39, 2008)

No entanto, quando o quilombo conseguia se manter, ampliar e estender geograficamente numa região capaz de permitir-lhe uma agricultura permanente e intensiva, esses contatos mudaram de conteúdo e adquiriam importância maior. (Amantino, Márcia, p. 39, 2008).

A base de sua economia era a agricultura policultora, plantavam principalmente o milho que era colhido duas vezes por ano. Depois da colheita descansavam duas semanas. Plantavam ainda feijão, mandioca, batata-doce, banana e cana-de-açúcar. Isso constituía a lavoura que alimentava os habitantes da república, sendo o excedente trocado com os vizinhos. (Amantino, Márcia, p. 47, 2008).

2. A CIDADE DE PIQUETE – O ESPAÇO É PRODUZIDO PELO HOMEM.

O objetivo desta pesquisa é realizar uma investigação histórica sobre a memória negra na cidade de Piquete, no Sertão da Serra da Mantiqueira. Essa região possui uma cultura de negação dessa memória negra, cuja origem está relacionada com a ordem escravista colonial, os antigos Quilombos e os caminhos do Ouro. O espaço geográfico da Serra da Mantiqueira, em sua beleza e brutalidade, tem sido o símbolo da região ao longo dos anos. Tal abordagem coaduna com as iniciativas voltadas a pretensão de contar a história do espaço, na qual tem sido priorizado, quase que preferencialmente, a paisagem como mais relevante.

Porém, o que se busca é pensar em um espaço que nos conecta com nossa ancestralidade diaspórica, também submetida às agruras da escravidão, cuja vida errante e precária imposta perdura nos pós-abolição. A permanente continuidade de uma luta pela sobrevivência de centenas de famílias naquele território formou uma verdadeira comunidade, e sua diversidade cultural que, ali fixaram residência em condições de extrema precariedade, uma vez que, a ideia de formação de um Estado-nação quando falamos de Brasil, os indígenas e negros ficaram fora, o que conflita permanentemente com o pretendido conceito de civilização e evolução.

Assim sendo, resta lamentável que, entre as inúmeras narrativas de viagem, ter prevalecido quase que reiteradamente apenas a descrição da paisagem a exemplo do Roteiro do caminho da vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o rio das Velhas, contido na obra; Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas, de André João Antonil 1711, que traz em sua descrição:

De Guaratinguetá até o porto Guaipacaré, onde ficam as roças de Bento Rodrigues, dois dias até ao Jantar. Destas roças até ao pé da serra afamada de Mantiqueira, pelas cinco serras muito altas que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até ao jantar.

Daqui começam a passar o ribeiro que chamam Passavinte porque vinte vezes se passa, e se sobe as serras sobreditas; para passar as quais se descarregam as cavalgadas pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram, e assim gastam dois dias em passar com grande dificuldade estas serras, e daí se descobrem muitas e aprazíveis árvores de pinhão que a seu tempo dão abundância deles para o sustento dos mineiros, como também porcos montaneses, araras e papagaios. (Antonil, 2009, 259).

Comentado [3]: Antonil, André João, pg. 259, 2009).

Comentado [4]: Alterar referência de acordo com ABNT

Estamos falando de um processo iniciado com o capitalismo. Entretanto, encontramos em Milton Santos, a partir de sua Metodologia do espaço, ao citar Sigaud (1981), entre outras análises primorosas e fundamentadas, a seguinte interrogação sobre a razão pela qual “os geógrafos evitam tão sistematicamente o estudo das técnicas que estão no centro das relações sociedade-meio”.

Milton Santos e seu método possibilitou rever a história e contá-la do ponto de vista dos vencidos, indígenas e escravizados africanos, haja vista que, o projeto colonial civilizatório de ocupação e organização do espaço, encontrou um grande obstáculo constituído pelos que ocupavam originariamente o pequeno sertão. Esse espaço espremido entre o contraforte da Serra da Mantiqueira e a margem esquerda do rio Paraíba do Sul, ocupado pelos índios bravos desse sertão, e os escravizados que mesmo trazidos de maneira forçada, nem mesmo o Libambo, os Grilhões e o Tronco, os piques e piquetes, ou qualquer outro tipo de prisão os detiveram na luta pela liberdade. **A epistemologia de Milton Santos nos alerta, o espaço é produzido pelo homem e Piquete guarda em sua geografia as marcas das relações sociais e de produção do período colonial.**

3. O ESPAÇO DE PIQUETE – A SERRA DA MANTIQUEIRA COMO PONTO DE PARTIDA E CHEGADA.

Para a construção deste artigo foi necessário realizar uma reflexão sobre o impacto da escravidão na sociedade da América, em especial, no Brasil. Muito além das implicações políticas e econômicas do regime escravista, há uma herança impressa no território e na cultura da cidade de Piquete. O impacto da escravidão na história da cidade, seja em sua população de reminiscência do quilombola, na sua economia, nas relações políticas e jurídicas e também na sua geografia são perceptíveis. Infere-se que sejam cruciais para que Piquete seja o território que é hoje, em sua complexidade geográfica, ambiental, social, política, cultural e econômica deveu-se a sua história conectada com o escravismo colonial, ciclo do ouro e do café.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (Santos, 2006, p. 40).

De acordo com Santos os sistemas de objetos e ações interagem. O sistema de ações condiciona e cria objetos, que criam ações. Essas ações criam uma dinâmica no espaço. Santos inspirou-se em Marx, buscando superar a dinâmica das relações de produção, para sistemas de objetos e ações, nos quais o sistema de objetos seriam as forças produtivas e ações o conjunto das relações sociais de produção. Para Santos, o binômio sistema de objetos e ações, forças produtivas e relações sociais, ou as relações de produção, são indissociáveis.

Adaptando o conceito ao caso de Piquete, as relações de produção escravista e os objetos produzidos e que reforçam as relações de produção moldaram o seu espaço, sua sociedade, sua cultura, sua economia e sua política. O impacto do escravismo, e de suas relações de produção, seja nas culturas agrícolas, nas extrações auríferas, na divisão da cidade, nas relações entre negros, brancos e indígenas, foram fundamentais para a formação desse espaço chamado Piquete.

Considerando em Milton Santos, que a análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações, passamos a retomar algumas considerações sobre o território em estudo.

Datavam de mais de duzentos anos as desinteligências de São Paulo e Minas acerca das divisas de seus territórios.

O Alvará de 2 de dezembro de 1720 que separou em duas a Capitania de São Paulo e Capitania de Minas Gerais [...] e lhe determinou por limites no sertão, pela parte confinante com o Governo de Minas, os mesmos confins da comarca da Ouvidoria de São Paulo (Vila de Guaratinguetá) com a comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes (São João Del Rey). (Morato, 1937, p. 80)

Com essa configuração a região do Rio das Mortes permaneceria sob a jurisdição de Guaratinguetá-SP.

Mas a Serra da Mantiqueira assinalava apenas um trecho da linha limítrofe. Cumpria completá-la em todo seu desenvolvimento, como depois se passou a fazer. (Morato, 1937, p. 81). A par e passo que assim provia, ficou definido que a divisa seria, para a parte Sul, por onde partiam o mesmo Governo de São Paulo com a da Ilha de Santa Catharina, e, no interior do Sertão, pelo Rio Grande e pelo Sapucaí, ou por onde vos parecer (Arch. do Estado de São Paulo, XI-41) (Morato, 1937, p.81).

Ao invés de decretar a divisa que a Provisão Regia gizara pelo Sapucaí e Rio Grande, Gomes Freire imaginou um outro pelo alto das montanhas e incumbiu de traçá-la o Ouvidor do Rio das Mortes, dr. Thomas Rubim [...] (Morato, 1937, p. 81), ficando assim determinada Ordem de 27 de maio de 1749:

No caminho, que vai de São João Del Rey para a cidade de São Paulo se achará no alto da Serra da Mantiqueira hum marco conhecido, como de marcação da antiga capitania de São Paulo, e desta, e como pelo descoberto feito no Rio de Sapucaí da parte de São Paulo se sucederão diferenças entre as Câmaras dessa Villa, e o Governo daquela antiga Capitania, Representadas estas, foi Sua Majestade servido Mandar-me fizesse pela parte, que melhor atendesse divisão entre a Comarca de São Paul, hoje anexa ao Rio de Janeiro, e essas pelas informações, que se me tem dado, estou persuadido e determinado que a divisa se faça na forma seguinte - [...](Morato, 1937, p. 82).

Consoante adverte Epiácio Pessoa, o conteúdo desta Ordem salienta quão mal conhecida era aquele tempo a topografia da região. (Morato, Francisco, p.82, 1937). Ficando a equivocada determinação de limites conhecida como a linha de Thomaz Rubim.

Esse alto da Serra em questão que, já foi designado como; garganta de Sapucaí, desfiladeiro de Itajubá, itinerário do caminho que ligava Guaratinguetá a São

Comentado [5]: Alterar citação, primeiro a página, depois o ano. Colocar o nome completo do autor.

João Del Rey, que em razão do mesmo conflito deu-se a instalação de um registro de passagem de Itajubá em 1764 ou 1965, hoje abriga o Bairro da Boa Vista.

A cidade de Piquete está localizada na microrregião de Guaratinguetá a uma latitude 22°36'49" Sul e uma longitude 45°10'34" oeste, no contraforte da Serra da Mantiqueira, entre as inúmeras descrições do ambiente, temos o caminho percorrido pelo sertanista Fernão Dias, em direção a região central das Minas Gerais:

A marcha até Guaratinguetá, região aberta e frequentada desde muito, não ofereceu nenhuma dificuldade; mas dali em diante começaram a cair nas serrarias as brumas das terras ermas. Eram conhecidas as veredas; imagina-se, no entanto, o trabalho com que tinham de ser transpostas aquelas montanhas e florestas, varando caminhos que o mato cegara, seguindo rumos que só a bússola indica, nas calgens do Embaú. (Pombo, 1947, p. 304).

Estamos falando do Sertão do Rio das Mortes, estando nele contido o Sertão da Mantiqueira, quando em seu contraforte temos o espaço em estudo, que já fora designado como pequeno sertão ou sertão dos índios bravos.

Partindo dessa constatação podemos identificar e investigar um objeto técnico de natureza artificial contido nesse território, que até o momento foi visto somente como paisagem, que não obstante ao reconhecimento do valor que representa para comunidade, precisamos lembrar, no que tange a teoria do espaço, "a paisagem não é senão, um ponto de partida".

Portanto, as serrarias com suas brumas; as terras ermas, as veredas; as montanhas; as florestas; a calingens do Embaú; as roças de Bento Rodrigues; o pé da serra; a serra afamada de Amantiqueira; as cinco serras altas que existem pelo caminho; o Piquete; o rio Passavinte; o Alto da Serra; a vida de relação escravista, formam um conjunto indissociável de objetos e ações.

A paisagem é um ponto de partida. Se os objetos ocupam a superfície da Terra, é para atender às necessidades materiais fundamentais do homem como alimentar-se, alojar-se, deslocar-se, cercar-se de objetos úteis. (Santos, 2006, p.20)

Reiterando, a análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações (Santos, Milton, p.20, 2006). Mas nem por isso pautado em uma vida de relação com fundamento na ideia de civilidade.

Assim sendo, o regime escravista constituído de indizível crueldade, pressupõe uma transformação da paisagem que no caso do regime segregacionista é determinado por normas rígidas, que tecnicamente é definida como enquadre.

Comentado [6]: Tirei o SP

Comentado [7]: Retirei um parágrafo sobre a digressão.

Comentado [8]: Coloquei vírgula

Comentado [9]: Alterei os ;

É nessa direção a partir do enquadre, a proposta de pensar sobre a negação da ordem escravista.

O interesse não é demonstrar as molas da organização familiar, ou o mecanismo da escolha das autoridades políticas, mas precisar o grau de eficácia dessas técnicas; agressividade paisagista, controle de largos espaços durante longo tempo, isto é, controle de um grande número de homens sobre uma grande extensão e durante longo tempo. É a eficácia paisagista que permite medir o valor explicativo das técnicas enquadramento; um critério da mesma ordem será aplicado à técnica de produção, considerados segundo a sua potência de ação sobre a paisagem. (P. Gourou, 1973, p.17) (Santos, Milton p.19, 2006).

O conflito social era substituído pelo choque culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava (Moura, Clovis, p. 35, 2014). Não por acaso era considerado simples coisa, pois dentro do regime escravista, não passava, efetivamente de instrumento. (Moura, Clovis, p. 119-120, 2014).

Comentado [10]: Já fiz a correção

Comentado [11]: Lembrar a referência deve vir junto à frase. Não colocar ponto final antes.

Quando voltamos a repetir que a dinâmica desse tipo de sociedade passa pelo antagonismo entre escravos e senhores queremos assinalar que toda a máquina ideológica, administrativa e militar estava montada objetivando manter o equilíbrio social e ele somente seria possível se houvesse uma estrutura de contenção capaz de mantê-la equilibrada. (Moura, Clovis, p.38, 2021).

O eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento do escravo rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-lo (Moura, Clovis, p.38, 2021).

O sistema escravista consolida-se nessa fase. O número de escravos cresce constantemente e a produção através desse tipo de trabalho cria o clima de fastígio da classe senhorial. O seu prestígio, especialmente nas cidades, era avaliado não apenas pela sua renda, mas, também pelo número de escravos não produtivos que o cercavam. O comparecimento às missas aos domingos não era apenas um ato religioso, mas, também um ritual de poder que se exteriorizava no número de escravos acompanhantes. (Moura, Clovis, p.76-77, 2021).

Nessa perspectiva, sobre a região de Minas Gerais temos que:

As minas gerais, pelo grande consumo de braços e pelos altos preços que pagavam, e sobretudo pela preferência pelo escravo "mina", dominaram de tal forma o mercado negreiro que provocaram a deslocação das correntes de tráfico. (Zamella, Mafalda, p.99, 1990)

O Quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse (Moura, 2014, p. 163-164).

[...] onde quer que o trabalho escravo se estratificasse ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência. Lutando. Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista econômico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho. (Moura, 2021, p. 163-164).

Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferam em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. (Moura, Clovis, p. 164, 2014). Portanto, o Quilombo uma instituição da sociedade escravista. As fugas sucessivas que decorriam da própria situação do escravo exigiam que se organizassem núcleos capazes de receber o elemento que necessitava, como é natural, conviver com semelhante para sobreviver. (Moura, Clovis, p. 164, 2014).

No período colonial, o quilombo se caracterizou pela formação de grandes Estados, como o da comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, desmembrado em 1750 (Nascimento, Beatriz, p. 82, 2018):

Podemos afirmar que, como Palmares, este quilombo agiu de acordo com as condições estruturais, inclusive econômica, no contexto do "ciclo" econômico no Brasil, antes o açúcar de Pernambuco, agora o ouro em Minas Gerais. Nesta perspectiva, só é possível encará-lo como sistemas sociais alternativos ou, no dizer de Ciro Flamarion Cardoso (1987, p. 91-125), brechas no sistema escravista. (Nascimento, Beatriz, p. 282, 2018).

4. A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA DE PIQUETE

De acordo com Aníbal Quijano em seu texto clássico *Colonialidade do Poder*, o sistema escravista nas Américas, implantado pelos europeus implicou em divisões e exclusões, que antes não existiam. A escravidão, forma de exploração vil, que ocorrera em outras localidades do planeta desde a antiguidade, teve uma mudança no século XVI. Grosso modo, ser escravo equivaleu-se ao ser negro africano, sendo assim, as características fenotípicas passaram a ser fundamentais para a escravização de outros povos, especialmente, os seres humanos do continente africano.

Comentado [12]: Tirei o natural. O Quilombo é iniciativa dos movimentos sociais dos escravizados e alógica da escravidão.

[...] em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (Quijano, Anibal, 2005, p. 117).

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho (Quijano, Anibal, 2005, p. 118). No caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos indígenas **constituíam-se de povos litorâneos e dos sertões, com culturas diversas, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado (Quijano Anibal, 2005, p. 134).**

Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos "índios" é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente nenhum interesse nacional (Quijano, 2005, p. 135).

A forma capitalista que se estabeleceu no Sul, foi diferente da que se estabeleceu no centro da Europa e Estados Unidos. As relações de dependência econômica entre as colônias latino-americanas e as metrópoles europeias, na qual o Capital migrava para a Europa através da relação colonial, impôs uma submissão política e econômica à Portugal e Espanha. O comércio de escravizados foi um dos alicerces dessa relação, em conjunto com o comércio em larga escala de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar e seus subprodutos. O modelo de mão de obra assalariada não foi implantado no Brasil, devido a essas relações de dependência e dominação às metrópoles europeias em conjunto com as elites nacionais. As elites da metrópole e nacionais eram sócio menores da burguesia europeia. E destinavam esses benefícios comerciais ao consumo das mercadorias produzidas, sobretudo, na Europa (Quijano, 2005, pág 135).

No entanto, a dinâmica do sistema escravista e sua superação estrutural estão nos conflitos entre as classes que eram substantiva nesse modo de produção (Moura, Clóvis, 2021, pág. 34).

Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da

Comentado [13]: Modifiquei esse período.

dinâmica entre essas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos no prazo em que foi realizado. Teria de ficar esperando as contradições externas para destruí-lo e isto não aconteceu, embora fatores exógenos também tenham contribuído periféricamente na sua última fase. Moura, Clóvis, 2021, p. 34-35)

Em sentido diametralmente oposto temos que:

[...] a repressão do aparelho de Estado escravista era de uma violência que somente poderia ser combatida com violência idêntica, em sentido contrário. Foi o que aconteceu durante o regime escravista no Brasil. Ferrado como animal, torturado até a morte, combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativas de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação militar, ideológico e político que o desumanizava como ser. (Moura, 2020, p. 39) (Quilombo Resistência Escrava).

No período colonial, o **Quilombo** se caracterizou pela formação de grandes Estados, como o da Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, desmembrado em 1750 (Cultura em Movimento, 2008, p. 80). Nessa perspectiva, só é possível encará-los como sistemas sociais alternativos ou, no dizer de Ciro Flamarion Cardoso (1987, p. 91-125), brechas no sistema escravista (Cultura em Movimento, 2008, p. 80).

A ocupação do sertão ligava-se diretamente a um processo de conquista da região. Era necessário tomar estas terras dos índios que ali habitavam e para isso havia duas possibilidades: aldeá-los ou exterminá-los caso colocassem empecilhos a esta tarefa. Além disso, em muitos casos, era necessário destruir os quilombolas através das expedições e trazer para o controle colonial a população de vadios que vivia clandestinamente ou nos presídios localizados nos sertões.

[...] Embora Saint-Hilaire e Couto tivessem explicado o que era o sertão em Minas Gerais, eles não o delimitaram. Isto porque o sertão era por si só um espaço fluido. Se ele tivesse condições de ser delimitado, deixaria de ser sertão, porque traria em si elementos capazes de o definir, tais como, população, casas, fazendas, etc. As notícias dadas pela expedição de Ignácio Correia de Pamplona mostram a noção que as pessoas tinham de tais áreas como sendo uma região isolada e propensa a servir de esconderijo aos escravos fugitivos: "pois como no Sertão não mora mais ninguém, é infalível consequência que os fogos haviam ser dos mesmos negros [quilombolas]" (Amantino, Marcia, p. 47-49, 2008).

Os índios, os quilombolas e os vadios eram vistos por todas as partes e provocavam na população um pânico generalizado. Os ataques faziam com que fazendas fossem abandonadas e sesmarias requeridas não fossem ocupadas (Amantino, Marcia, p. 49, 2008).

Os Quilombos organizavam um sistema de defesa permanente. A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas

somente em 2 de dezembro de 1740 as autoridades portuguesas definem a seu modo o significado de quilombo (Cultura em Movimento, 2008, p. 78).

[...] toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles.

Os vadios que viviam nos sertões, ou os que para lá fugiram eram para as autoridades mineiras do século XVIII um outro grave problema porque não estavam inseridos no mundo do trabalho, não pagavam impostos e viviam oferecendo perigos à população (Amantino, Márcia, p.50, 2008).

Desta forma o comportamento do escravo era determinado pura e exclusivamente pelas diferenças que existiam entre as culturas africanas e a civilização ocidental. Com isto a dinâmica social praticamente desaparecia na sua concretude para dar lugar a uma explicação cômoda, na qual tudo se ajustaria, não fossem essas diferenças culturais. Transferia-se, assim, para o plano cultural, através dos conceitos de acomodação, adaptação, aculturação, assimilação e outros, os diversos níveis de consciência social do escravo negro e a sua conseqüente rebeldia. O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava. (Moura, Clóvis, p. 35 2014)

Edison Carneiro torna mais clara esta visão ao reconhecer no movimento de fuga, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião os seus estilos de vida (Guimarães, 1988, p. 22).

A sociedade, tendo por base o escravismo, contribuiu, em todos os seus níveis, para que ao escravo fosse permitido apenas um nível de consciência determinado, para que ele pudesse ser mantido enquanto escravo. Em síntese, a consciência do escravo foi limitada por mecanismo existentes em todos os níveis e não só pelo domínio técnico a que teve acesso (Guimarães, 1988, p. 22).

O quilombo, por sua vez, era uma confirmação da cultura e do estilo de vida africanos. Os quilombos foram um fenômeno contra aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos (Guimarães, Carlos Magno, p. 122, 1988). A fuga de escravo e a formação de quilombos enquanto contradições inerentes ao escravismo existiram desde o momento em que se implantou nas Minas Gerais este sistema. O mesmo se deu com

os mecanismos repressivos voltados para combatê-los (Guimarães, Carlos Magno, p. 63, 1988).

5. BANDEIRAS NA MANTIQUEIRA – VIOLÊNCIA E REPRESSÃO CONTRA AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO PERÍODO COLONIAL

Nas bandeiras havia negros, e muitos deles se refugiaram nas matas. As próprias bandeiras, por outro lado, se encarregavam de caçar quilombolas.

□ eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento do escravo rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-los. Isso não quer dizer que todos escravos fosse um quilombola ou um fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismo não atinge a totalidade de seus membros, nem seria possível. (Moura, Clóvis, p.38, 2021).

Comentado [14]: Retirei uma frase desse período

É nessa visão do papel do lugar e conseqüente imposição de um sistema de divisão racial do trabalho, em que o negro sempre foi mantido a margem, submetido a extrema exploração que o espaço colonial de Piquete será objeto de estudo. Reiterando que, são comprovadas não se tratando de meras evidências, não dando margem a dúvida de que a escravidão se deu sob o signo da extrema violência, o que demandava um aparato estatal de controle e punição, para manutenção da ordem escravista pelas autoridades (Quijano pag. 35)

Faz-se necessário não esquecer que o rigor normativo perpetuou por mais de três séculos destinado aos insubmissos tratados como criminosos, quando ainda em tempos modernos deparamos com a crueldade da seletividade do direito penal:

[...] constituía o código Philipino o livro básico por onde se regia a sociedade paulistana quinhentista. Era em obediência às suas determinações que a edilidade da villa de Piratininga compreendia um juiz ordinário, dois vereadores, e um procurador de conselho, assistido de almotacel e alcaide (Taunay, Affonso d' Escragnolle, p. 15-16, 1920).

Os grilhões e o tronco seriam por muito tempo os melhores processos de tolher o movimento dos criminosos, em S. Paulo, pois longos anos decorreram ainda antes que a villa tivesse o seu cárcere (Taunay Affonso d' Escragnolle, p.39, 1920).

Outro padrão municipal e de justiça - este muito mais que o pelourinho causador de maior repugnância aos espíritos poucos ordeiros - era a forca, várias vezes ereta e outras tantas derrubadas pelo receio dos que nela viam

o digno pedestal do coroamento de sua existência sem peias nem freio (Taunay, Affonso d' Escragnole, p.35, 1920).

Nesse sentido é certo que o rigor punitivo se fazia presente igualmente nos núcleos que iam se formando nos deslocamentos a exemplo dos núcleos populacionais no caminho da serra acima, no caminho do ouro, no caminho dos Paulistas, caminho da vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o rio das Velhas, em busca do sonhado Eldorado. Ainda que, de forma rudimentar valia-se da mesma estrutura técnica-administrativa perpetrada na referida Vila, representação dos primeiros equipamentos administrativos coloniais fundamentados na tríade; a Câmara, o Pelourinho e a igreja.

A força, sugestiva e simbólica, instrumento de civilização em século do domínio absoluto da força bruta, foi como já vimos, o objeto de contínuo desvelo dos vereadores, talvez como porta da prisão, de que ninguém se evadia, numa terra onde não havia cárcere (Taunay, 1920, p. 40).

6. PIQUES E PIQUETE – O CRUZAMENTO ENTRE A ETIMOLOGIA E A HISTÓRIA

Nos núcleos formados no caminho do sertão, torna-se oportuno voltar a atenção aos métodos normativos punitivos pela ordem vigente, por intermédio do pelourinho, força e posteriormente, a cadeia destinada daqueles considerados rebeldes, quase presença indiscutível do uso do objeto comum disponível, a pedra que veio a dar origem às inúmeras formas construtivas de edificações. Estando presente igualmente, na descrição dos viajantes nos primeiros anos do século XIX, ao se referirem ao panorama da cidade de São Paulo como oferecendo certa importância os mosteiros, os palácios, pontes (Prado, 1936, p. 157).

Nas ruas principais as casas, em geral de dois pavimentos e de taipas, tinham um aspecto um tanto espanhol, pela abundância dos balcões agradados, as célebres rótulas, o refúgio da curiosidade maldizentes e das intrigas de aldeia. (Prado, 1936, p. 157).

Mas, relacionado a problematização proposta nesse artigo, deve ser visto como destaque neste contexto de São Paulo antiga, o largo da memória, definido como porta de entrada da São Paulo.

O Largo da Memória é um marco no processo de urbanização da cidade de São Paulo. Um triângulo definido naturalmente a partir de caminhos, que

posteriormente viraram ruas: rua do Paredão (hoje Cel. Xavier de Toledo), ladeira do Piques (hoje Quirino de Andrade) e a ladeira da Memória, que deu origem ao nome do largo. Pousos de tropeiros, era o ponto de chegada das caravanas vindas do sul e do oeste do Estado, o que favoreceu a instalação de hospedarias, armazéns, bem como mercado de escravos. Com o tempo, tornou-se uma linda praça com bancos para descanso e um monumento histórico, o Obelisco do Piques, erguido em pedra de cantaria em 1814.

Eis o elo perdido, *Piques* definido como lugar de chegada de caravanas, Pousos de tropeiros, hospedaria, armazém, em especial, mercado de escravos, é na exata medida uma corruptela da escrita da palavra de maior prestígio, ou seja, Piquete. Constatação que encontra fundamento na etimologia da palavra na língua Banto:

Piquete, s.m Tronco; esteiro em que se amarravam escravos (VF) - Provavelmente relacionado ao umbundo pika, conjunto de escravos. Cp embuete. (Lopes, 2006, p. 176).

Pela importância do contexto em que nos é apresentada a toponímia piques, piquete, objeto técnico de natureza artificial, em apoio a máquina estatal de prender pessoas, torna-se oportuno trazer os ensinamentos de Paulo Prado em sua obra *Paulística História de São Paulo*:

Não durou muito o período idílico dos primeiros anos do descobrimento em que os fidalgos das expedições acolhiam “com muito prazer e festa” o gentio que lhes vinha ao encontro, e sobre os tupiniquins adormecidos no convés de sua nau capitânia mandava Pedro Álvares estender o manto simbólico de soberania e proteção. (Prado, Paulo, p. 103-104, 1934).

A guerra a gana de fortuna rápida, e sobretudo a ânsia de catequese que procurava prisioneiros para os resgatar e livrar da antropofagia, como no regime das sinistras “encomiendas” espanholas, trouxeram rapidamente a escravização organizada do indígena (Prado, 1934, p. 104)

Seja para a ocupação das terras, e pela mineração incipiente, a mão de obra do indígena era indispensável, a guerra, por seu turno, tornou necessária a arregimentação dos prisioneiros escravizados (Prado, 1934, p. 106).

Estava iniciada e organizada, em larga escala, a escravização do Índio. Os bandeirantes paulistas se atiraram às expedições de captura do indígena. Como mais tarde os dominou a vertigem do ouro, assanhava-os então o cheiro do sangue e febre da caçada humana. Despovoou-se a pequena Vila Piratiningana com as continuas entradas pelo sertão (Prado, 1934, p. 111).

As peças aprisionadas, depois de repartidas pelos sertanistas, deviam ser registradas na Câmara de São Paulo.

Esta proibia a remessa de escravos fora da Vila para as povoações da marinha e para a capitania do Rio de Janeiro, visto - reza a ata da Câmara de 08 de abril de 1624 - ser "em prejuízo de Deus e de Sua Majestade e desfalque das minas" (Prado, 1934, p. 111)

7. MURALHAS E MUROS – A EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA DA REPRESSÃO.

As primeiras expedições que aportaram no Brasil trouxeram certamente escravos da África: "devia havê-los até na própria frota de Cabral" disse Varnhegen. (Prado, 1934, p. 105),

Nessa direção, as reduções, a arregimentação em um primeiro momento dos indígenas, depois dos Africanos escravizados valendo das muralhas, muros e piquetes sempre foram uma constante, sendo certo que, igualmente em termos técnicos, essas estruturas eram usadas como estratégia militar de guerra igualmente no Continente Africano e já se valiam os sertanejos que, em umas partes se chamam Funidores e em outras Tumberos que sempre andam por todos aqueles sertões para fim de permutarem os escravos condenados ao cativeiro de uma infraestrutura denominada de "Ambaque".

Ambaque é um presidio pelo qual se vai para Benguela e se gasta 6 meses de jornada, e para cima de Ambaque, ainda há presidios, donde no retorno com escravatura se gasta muito mais tempo. Nota - Trata-se do presidio de Ambaaca. (Mendes, Luis Antonio de Oliveira, p.31, 2004)

Os sertanejos, ou funidores, vão passando de presídio em presidio, levando consigo e no comboio os escravos que têm permutado (Mendes, Luis Antonio de Oliveira, p.33, 2004).

Feita, pois, a permutação, o ato da posse, e da tradição da coisa comprada, é cruel, porque os Funidores, ou Tumberos em suas Mapas, ou cargas, já trazem como de reserva o necessário libambo, e os escravos saem do tronco, do grilhão, ou de outro qualquer modo de prisão para o libambo. Libambo é uma corrente de ferro de meia polegada de grosso na qual se vão prendendo os escravos que se vão permutando. Ha libambo que traz 100 escravos; porque os sertanejos aumentam e diminuem como querem pelo meio de emenda com a argola (Mendes, Luis Antonio de Oliveira, p.32 2004).

O libambo das escravas é outro, vem em separado, e soltas as crianças, a que indistintamente se dá o nome de crias (Mendes, 2004, p. 33)

Nessa direção, quando submetemos a análise o processo político, ideológico baseado na desumanização, exploração do povo negro da diáspora imposta desde o

primeiro momento pela colonialidade. Desde a retirada de seu local de origem, o continente Africano, identificamos soluções técnicas que convergem dando abrigo teórico para discutir a origem de um lugar como proposto, e o processo civilizatório fundamentado em um sistema econômico baseado na exploração do trabalho de escravizados. No sistema capitalista estamos falando de soluções técnicas que se estenderam por diversos lugares no tempo e no espaço.

Comboios e mais comboios de escravos foram levados dos engenhos para as lavras, a despeito de todas as proibições, atraídos pelos generosos pagamentos dos moradores (Zamella, 1990, p. 74).

Por outro lado, temos a importância do largo da memória e sua conexão direta com o caminho da Serra acima, caminho dos Paulistas em demanda das Minas Gerais, restando esclarecido um dos destinos dado aos escravizados negociados naquela feira.

A importação de escravos pelo porto de Santos também não era de desprezar-se como prova a carta régia de 6 de março de 1728, dirigida ao governador da praça de Santos:

[...] mas como no presente vão muitas embarcações com negros em direitura a esse porto e dali se introduzem não só para Capitania de São Paulo e Minas sujeitas ao dito governador, mas voltando pelas vilas de Taubaté e Guaratingueta se introduzem nas Gerais pelo caminho velho que de Paraty, em grande prejuízo de minhas fazenda... (Zemella, P Mafalda, p. 107, 1990)

Roberto Simonsen calculou em 600.000 o número de escravos importados para os trabalhos na mineração durante o século XVIII (Zamella, P. Mafalda, p.107, 1990).

Neste caso resta a constatação de que o Núcleo embrião de Piquete-SP denominado como Registro de passagem do Piquete, no contraforte da Serra da Mantiqueira e Sertão do mesmo nome, estava situado em um território de convergência de caminhos de grande movimentação, que posteriormente bifurcados deu origem ao Registro de Itajubá, no alto da Serra e o Registro da Mantiqueira, na Garganta do Embaú.

A concentração de grandes massas demográficas nas Gerais fez com que convergissem, para os sertões de além Mantiqueira, importantes correntes comerciais que levavam todos os gêneros de consumo exigidos por núcleos humanos densos e de alto poder aquisitivo. Ora, os transportes só poderiam ser feitos a lombo de burro ou pelo dorso humano, pela imprevisibilidade dos caminhos, pelo acidentado do relevo, e em virtude das condições técnicas dos transportes da época. (Zamella, P. Mafalda, p. 91, 1990)

8. DESCONSTRUINDO A HISTÓRIA OFICIAL: PORQUE PIQUETE NÃO PODE SER RELACIONADO AO TRANSPORTE ANIMAL.

Os caminhos que conduziam às Gerais eram verdadeiras trilhas que, a princípio, só podiam ser palmilhados por pedestre (Zamella, P. Mafalda, p.197, 1990).

Foi em 1738 que o grande tropeiro Cristóvão Pereira abriu um caminho terrestre direto pelo interior, ligando os campos de Viamão a São Paulo (Zamella, P. Mafalda, p.91, 1990).

Sorocaba era considerada o ponto terminal da jornada. Aí se realizavam as feiras das mulas, de abril a maio, feira que se tornaram famosas em todo o território brasileiro (Zamella, P. Mafalda, p. 92, 1990). Nesse momento do surgimento dos muares foi exigindo uma melhor organização do espaço, ou seja, espaço especificamente organizados, não apenas uso, mas também a produção do Capital Geral, dando início a indústria via pequenos engenhos, produção agrícola, do Tropeirismo, associada aos piquetes, piques, rancho, entre outros.

O burro foi o meio de transporte mais adequado para o abastecimento das Gerais, em virtude do acidentado das estradas, momento na transposição das serras do Mar e da Mantiqueira (Zamella, P. Mafalda, p. 196, 1990).

O luar, todavia, não aboliu inteiramente o transporte feito por escravos. As condições dos caminhos que levavam às Gerais determinavam que certas mercadorias mais frágeis (cadinhos de barros, louças, vidros, espelhos, etc.) fossem transportadas por índios e negros, para não se fragmentarem (Zamella, P. Mafalda, p. 136, 1990)

Em torno do luar, estabeleceu-se todo um aparelhamento e uma técnica de transporte que repercutiu fundamente na economia e no povoamento do Brasil (Zamella, P. Mafalda, p, 137, 1990).

Ao logo das grandes vias de comunicação frequentadas pelas numerosas tropas de bestas, apareceram roças de milho em quantidade, para alimento dos animais. O consumo de milho pelos muares era tão grande e constituía um negócio tão lucrativo para os fazendeiros fornecê-lo às tropas, que eles disputavam as preferências dos tropeiros. Para atraí-lo, muitas vezes punham à sua disposição ranchos, para que descansassem na jornada. Mais ainda, davam alimentos gratuitos para o tropeiro e para todo o pessoal da tropa, e franquearam os pastos para as cavalgadas (Zamella, P. Mafalda, p. 139, 1990).

Feitas essas considerações, para que fique o registro da importância das tropas de mular nas vias de abastecimento das Minas Gerais, por uma questão de ordem cronológica bem como do tempo histórico, é possível afirmar que a presença do povo da diáspora africana antecedeu em muita essa modalidade de transporte no abastecimento das Minas Gerais, pois, nos primeiros tempos, como já restou esclarecido, essas não existiam. A princípio, o único meio de transportar cargas para as minas era o lombo de escravo. Os caminhos, mal trilhados nos primeiros tempos, eram ásperos demais e muito estreitos para permitir a passagem de cavalgadas (Zamella, 1990, p. 135)

As penetrações paulistas em terras de além Mantiqueira precederam muito a descoberta do ouro. Desde o século XVII que os paulistas haviam estabelecido ligação entre seus vilarejos e os sertões de São Francisco (Zamella, P. Mafalda, p.116 1990).

Assumindo o compromisso de recuperar a visão dos vencidos faz-se necessário ainda, questionar as narrativas no que tange as notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania.

À Vila de São Paulo chegou o Senhor D. Francisco no ano de mil quinhentos e noventa e nove, trazendo uma Companhia de Soldados Infantes do Presídio da Bahia com o Capitão dela, Diogo Lopes de Castro, e seus oficiais e com um mineiro Alemão Jaques D'Oalte, um engenheiro também alemão Geral do Betink, vencendo a casa um, ordenado de duzentos mil réis por ano. (Leme, 1980, p. 34)

Em vinte e três de maio do dito ano de mil quinhentos e noventa e nove, saiu de São Paulo o Senhor D. Francisco, para as Minas do Sertão de Sorocaba, e Serra de Biracoiába [...] (Leme, 1980, p. 34).

Depois de ocultamente ter examinado estas Minas, e adiantado o estabelecimento delas, que as denominou de: Nossa Senhora do Monte Serrate, onde mandou levantar Pelourinho, voltou a São Paulo, e tornou para elas em onze de Fevereiro de mil seiscentos e um, com muita gente para minerar as terras, para cujo efeitos mandou deitar bando, avisando nele aos povos mineiros, que do Ouro, que extrai se haviam de pagar o Real Quinto, fundido o metal, entregar-se em barra cunhada o que fosse de seu dono - (Câmara de São Paulo Quad. de Reg. ttº 1.600, p. 14) (Lemo, 1980, p. 35).

E não perdendo tempo para as diligências de novos descobrimentos, fez entrar ao Sertão a Tropa de André Leão, e solicitar Minas de prata, e para seu governo lhe deu instrução Regimento datado em dezanove de julho do mesmo ano de mil seiscentos e um (Quad. cit. de 1.600, p. 36 v.) (Leme, 1980, p. 35).

Afonso Sardinha, e seu filho do mesmo nome, foram, os que tiveram a glória de descobrir ouro de lavagem nas Serras de Jaguambaba, e de Jaraguá,

em São Paulo, na de Voturuna em Parnaíba e na Biracoiaba, no Sertão do Rio Sorocaba, ouro, prata e ferro pelos anos de 1597. (Arquivo da Câmara de São Paulo. Quadro de Ref. ttº 1.600, p.36) (Leme, 1980, p. 33)

Não restando dúvida quanto aos motivos justificadores da transferência de D. Francisco de Souza da Bahia para São Paulo no ano de 1599, consta em documento:

Deu-se conta destes descobrimentos ao Senhor D. Francisco de Souza que para logo mandou da Bahia para Administrador destas Minas, e Capitão de São Paulo Diogo Gonçalves Laços, com cem mil réis de ordenado por ano, [...] (Quadro e Ref. ttº 1598, p. 3.30 e 43). (Leme, 1980, p.33)

As minas de ouro descobertas por Afonso Sardinha entre essas a da Serra de Jaguamimbada, passou a produzir o ouro de lavagem, e pagavam o Real Quinto os moradores de São Paulo, e para fazer adiantar esta manobra veio da Bahia e chegou a São Paulo o governador do Estado Dom Francisco de Souza como temos referido. (Leme, 1980, p.95).

Afonso Sardinha foi intrépido em adentrar os Sertões no ano de mil quinhentos e noventa e dois.

Á serviço de Sua Majestade foi eleito para Capitão da Gente de São Paulo de cujo cargo obteve provisão [...] (Arq. da Cam. de São Paulo Quad. de Reg. ttº 1583 até 1595, p. 26 vº) (Leme, 1980, p.94).

Neste mesmo caderno referido na página trinta verso, se mostra que, o dito Afonso Sardinha em trinta de Novembro do mesmo ano de mil quinhentos e noventa e dois, foi encarregado para examinar o poder do Gentio inimigo que tinha vindo dar rebato aos moradores de São Paulo que ficaram atemorizados desde índios aos quais se mandou propor a paz por Afonso Sardinha por determinação e ordem positiva do Capitão Mor governador Jorge Correa, determinando este que não aceitando este a paz referida aliás oferecida lhe deu Guerra o Capitão Sardinha, formando o seu pé de exército de toda Gente de armas de Piratininga e de São Paulo, concedendo-lhe o mesmo Capitão Mor governador, todos os seus poderes, como se ele próprio fora a esta diligencia que por sua provisão datada referida encarregou ao dito Capitão Afonso Sardinha com jurisdição para impor penas e fazer executar o castigo delas contra os que lhe não quisessem acompanhar nesta entrada ao Sertão. (Lemo, 1980, p. 94).

Na mesma linha de análise proposta por Milton Santos, com fundamento na técnica e o meio que as acolhe como base para explicação geográfica, cabe o questionamento, que nações mais bárbaras ou gentio inimigos são esses(interrogação), que espaço ocupavam esses inimigos, nesse sertão desconhecido e imenso, vencido por Afonso Sardinha acabando este por descobrir minerais (interrogação).Uma resposta constituída de imensurável coerência está na obra, história antiga das minas gerais de Diogo de Vasconcelos:

A esse tempo, igualmente, Afonso Sardinha havia descoberto as minas de Jaguamimbaba pelos anos de 1597, alargam-se, portanto, o campo de atividade, em que ardia o administrador geral que procurava empregar-se entabulando as explorações e promovendo a descoberta de outras jazidas. De fato, saindo corajosamente neste propósito, passou por Jaguamimbaba e daí cresceu à região do Sapucaí, acompanhado do naturalista Almão Glimmer, que foi o primeiro homem de ciência que penetrou em nosso território. (Vasconcelo, 1974, p. 65-66)

Jaguamimbaba quer dizer Serra das Vertentes. Por se chamar Amantikira a região defronte a Guaratinguetá, que se tornou mais conhecida, o primeiro nome desapareceu e o segundo generalizou-se a toda serra, alterado pelos portugueses em Mantiqueira. Muito tem pensado que o nome Mantiqueira vem da quadrilha ladrões, que lá houve; mas foi o inverso. O nome da serra vem dos primeiros tempos e a quadrilha existiu em meados do século passado (Vasconcelos, 1974, p. 65-66).

Relativamente a Viagem de Willem Glymmer (1600-1601):

Diz-nos W. Luís (1980, p.144) "No tempo em que, vindo da Bahia, D. Francisco de Souza esteve pela primeira vez em São Paulo, aí vivia Guilherme Glymmer, flamengo, que tomou parte em uma expedição ao sertão e que dele faz uma descrição que encontrou abrigo na obra de J. Marcgrave. (Papavero, 2007, p.161).

Ou seja, não restando dúvidas de que o caminho que percorreu Guilherme Glymmer na mesma época e direção de Afonso Sardinha, que correspondente a esse sertão desconhecido, foi em direção a Serra da Mantiqueira, cujo lado paulista originariamente era conhecido como serra de Jaquamimbaba.

As minas chamadas "Gerais" localizavam-se na serra do Espinhaço que compreende as séries de Minas e Itacolomi, ambas do algonquino, a formação geológica mais antiga do Brasil (Zamella, P. Mafalda, p. 41).

Por outro lado, o registro do Piquete, toponímia que veio a dar nome a cidade, encontra em uma convergência de caminhos, a partir de onde tornava-se possível seguir em direção a região central de Minas Gerais, como já restou esclarecido, esse caminho em demanda do além Mantiqueira já era percorrido pelos paulistas muito antes da grande descoberta de ouro. Mas podemos afirmar que Piquete, está contido em um território que foi o primeiro despertador da esperança da Coroa Portuguesa, de que estava próximo de encontrar o tão sonhado El Dorado, o ouro da Serra de Jaguamimbaba e próximo desta [...] jazidas esparsas, mais ou menos distanciadas da faixa em que se localizaram a "minas gerais", tais como as minas do rio Verde, as minas Novas, as de Itajubá e as de Paracatu. Lembrando que um dos fatores que

desencadearam o conflito de divisa entre a Capitania de São Paulo foram as minas descoberta na região do Rio Sapucaí.

Em definitivo Piquete como objeto técnico artificial só pode ser visto como parte de um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único, espaço para aprisionamento de escravizados, negros e indígenas para o trabalho forçado, na rudimentar indústria da mineração, como principal meio técnica utilizada para alcançar os benéficos resultante da produção aurífera.

Em suma, a cidade de Piquete está intimamente relacionada com a história negra, especialmente, a história colonial no período da escravização de africanos e afro-brasileiros. Apesar das opressões do regime escravista, a resistência negra é eixo central da história da cidade e resgatar essa memória é fundamental. Como relatado anteriormente, a construção de uma história bandeirante e branca para as cidades do Vale do Paraíba ou próximos a ele, apagaram a herança negra dessas cidades da Mantiqueira. Não foi diferente com Piquete. Vê-se, a partir dos documentos expostos, que sem os africanos e afro-brasileiros, a cidade praticamente não existiria, mesmo o seu nome.

Comentado [15]: Inserir um parágrafo de amarração

Considerações finais:

Em alguma medida resgatar e repercutir a história colonial do povo negro da cidade de Piquete-SP e a consequente conexão com minha ancestralidade, resulta em verdadeira renovação de sentido da própria vida. Mas ao mesmo tempo um sentimento de pertencimento traído se apresenta, quando uma história oficial, com a devida conveniência tem perpetuado a invisibilidade da uma história negra. Quando não relegando ao esquecimento uma história de luta e resistência contra a crueldade imposta por um regime de exploração ao extremo do ser humano. Ou não estamos falando de apenas um aspecto do racismo, representado pela imposição dessa invisibilidade a um segmento submetido a extrema crueldade por vários séculos. Tem sido nos apresentado a história das fazendas do Café, dos Barões, o tronco, a senzala estes últimos em uma visão reiterada de apologia da escravidão, como se houvesse

sido o deplorável regime o melhor dos mundos etc. Mas esse lugar pretendido em que nele eu estivesse e lá me mantivesse e reproduzisse, sendo esse o papel da ideologia da dominação, nunca esteve no horizonte como de muitos na comunidade. Aos que conhecem um pouco de minha caminhada, recebam esse material como um desafio para um renovar de propósito, por saber que na nossa comunidade muitos tem se dedicado persistentemente a honrar a luta de nossos antepassados. Que continuemos exercitando o aquilombamento que cura banzo, uma vez que, resulta insuportável não pertencer a lugar nenhum. Pela busca de um outro “DEVIR negro no mundo”:, Direito de Existir Vivo, Inspiração para Resistir.

REFERÊNCIAS

NEI, Lopes. **NOVO DICIONÁRIO BANTO DO BRASIL**: contendo mais de 250 propostas etimológicas pelo Dicionário Houaiss. Rio de Janeiro:Pallas, 2006;

MENDES, Luis Antônio de Oliveira. **MEMÓRIA A RESPEITO DOS ESCRAVOS E TRÁFICO DA ESCRAVATURA ENTRE A COSTA D'ÁFRICA E O BRASIL**. Salvador: P555, 2004;

AFFONSO, D'Escragnolle Taunay. **S. Paulo nos primeiros anos (1554-1601)** ensaio de reconstrução social. São Paulo: Tours Imprensa de E. Arrault ET Cia. 1920.
PRADO, Paulo. **PAULISTICA**: História de São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Ariel LTDA., 1934;

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **CULTURA EM MOVIMENTO**: Matrizes Africanas e Ativismo Negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008;

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **NOTÍCIAS DAS MINAS DE SÃO PAULO E DOS SERTÕES DA MESMA CAPITANIA**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980;

ZEMELLA, Mafalda P. **O ABASTECIMENTO DA CAPITANIA DAS MINAS GEAIS NO SÉCULO XVIII**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

MOURA, Clóvis. **DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020;

PAPAVERO, Nelson; DANTE, Martins Teixeira. **A FAUNA DE SÃO PAULO NOS SÉCULOS XVI A XVIII, NOS TEXTOS DE VIAJANTES, CRONISTAS, MISSIONÁRIOS E RELATOS MONÇNEIROS**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007;

MATTOS, Hebe (org.). **DIÁSPORA NEGRA E LUGARES DE MOMÓRIA**: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial. Niterói: Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias;

AMANTINO, Marcia. **O MUNDO DAS FERAS**: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais XVIII. São Paulo: Annablume, 2008;

VASCONCELOS, Diogo de. **HISTÓRIA ANTIGA DE MINAS GERAIS**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974;

NASCIMENTO, Abdias do. **O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO**: Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017;

GUIMARÃES, Carlos Magno. **UMA NEGAÇÃO DA ORDEN ESCRAVISTA**: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **QUILOMBOLA E INTECTUAL**: Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018;

MOURA, Clóvis. **REBELIÃO DA SENZALA**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a fundação Maurílio Grabois, 2014;

ANTONIL, André João. **CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL POR SUAS DROGAS E MINAS**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007;

POMBO, Rocha. **HISTÓRIA DO BRASIL: O regime colonial.** Rio de Janeiro: Imprensa do Brasil.

MORATO, Francisco. **RELATOS DA COMISSÃO DE LIMITES DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS.** São Paulo: Revistas dos tribunais, 1937;

SANTOS, Milton. **POR UMA ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE: O caso de São Paulo.** São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A NATUREZA DO ESPAÇO: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo, 2006.

ABREU, Márcia. **CULTURA LETRADA: literatura e leitura.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOURA, Clóvis. **O QUILOMBOS E A REBELIÃO NEGRA.** São Paulo: Editora Dandara, 2022.

SILVA, Jeusamir Alves da. **BRASIL, 5 SÉCULOS DE APAGAMENTO DO POVO BANTO: Igualdade racial? Como? Quando???** São Paulo: Editora Dialética, 2023.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A GEOGRAFIA DO CRIME: Violência nas Minas setecentistas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **UMA NEGAÇÃO DA ORDEN ESCRAVISTA: quilombos em Minas Gerais no Século XVIII.** São Paulo: Ícone, 1988.

LE GOFF, Jacques. **HISTÓRIAS E MEMÓRIA.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MATTOS, Hebe. **DIÁSPORA NEGRA E LUGARES DE MEMÓRIA: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial.** Niterói-RJ: Editora UFF, 2013.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. **O JONGO**. Rio de Janeiro-RJ: FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore.

ASSMANN, Aleida. **ESPAÇOS DA RECORDAÇÃO: formas e transformações da memória cultural**. Campinas-SP: Editora da Unicamp,2011.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Flávio dos Santos. **ARQUEOLOGIAS DA ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: Senzalas, Cultura Material e Pós-Emancipação na fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, Séculos XVIII a XX**. Curitiba-PR: Brasil Publishing.

APÊNDICE A – Fichas e entrevistas
(material produzido pelo pesquisador)

A1 Fichas de pesquisa

Nacionalidade: _____ Idade: _____ Profissão: _____

ANEXO A – Resenhas

A1 Veja acervo digital (12/06/2018)